



**Poder Judiciário do Maranhão  
Tribunal de Justiça**

**CLIPPING IMPRESSO**

**25/08/2017**

# INDICE

---

1. JORNAL ESTADO DO MARANHÃO	
1.1. AMMA - ASSOCIAÇÃO DOS MAGISTRADOS.....	1
2. JORNAL EXTRA	
2.1. VARA CRIMINAL.....	2
3. JORNAL O DEBATE	
3.1. AÇÕES TJMA.....	3 - 4
4. JORNAL O IMPARCIAL	
4.1. VARA CRIMINAL.....	5 - 6
5. JORNAL PEQUENO	
5.1. JUÍZES.....	7 - 9
5.2. VARA CRIMINAL.....	10 - 11

# Amma promove Semana de Valorização da Magistratura

Evento, que acontece na sede administrativa da associação, no Calhau, tem como foco investir na vida pessoal de cada magistrado associado

A Associação dos Magistrados do Maranhão (Amma) abriu, ontem, a Semana de Valorização da Magistratura, que este ano tem como foco o próprio magistrado. O evento está sendo realizado na sede administrativa da Amma, no Calhau.

Os juízes e desembargadores foram recepcionados pelo presidente da Associação, juiz Angelo Santos, pelo presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão, desembargador Cleones Carvalho Cunha; e pela corregedora-geral Anildes Cruz.

Em sua fala, Angelo Santos explicou que a Semana de Valorização foi pensada visando investir na vida pessoal de cada magistrado associado. “Entendo que os temas abordados, tais como melhoria na saúde, diminuição do estresse, melhor comunicação e interação social podem nos ajudar a melhorar como pais, mães,

esposas, esposos, ou seja, como seres humanos. Tenho certeza que, assim, também seremos melhores magistrados”, afirmou.

O presidente agradeceu pela atuação da Diretoria Executiva, dos funcionários e das empresas parceiras

## Presidente da Amma elogiou a magistratura

para a realização do evento, que tem se consolidado no calendário da Amma e tem sido um instrumento importante no resgate do papel e da imagem do magistrado junto à sociedade.

### Conquistas

Angelo agradeceu à Corregedoria

Geral de Justiça e ao Tribunal, ressaltando que “mesmo em momentos difíceis, o Poder Judiciário do Maranhão tem avançado e alcançado conquistas. Isso se deve à forma de atuação responsável que ambos conduzem o Tribunal, o que valoriza toda a magistratura”.

O presidente da Amma elogiou a magistratura estadual e desejou que todos os associados presentes no evento desfrutem, nos dois dias de curso, dos benefícios que a Semana de Valorização traz para a magistratura.

O desembargador Cleones Carvalho Cunha falou da importância do evento aos magistrados. “Eu tenho o dever de estar aqui, primeiro como presidente do Tribunal, porque eu não posso pensar uma Semana de Valorização da Magistratura, promovida pela AMMA, que o presidente do Tribunal e a Correge-

dora não se façam presentes. O segundo ponto é pelo fato de eu se ser associado, por isso não posso deixar de estar presente”, disse.

O presidente do TJMA ainda fez uma avaliação do cenário jurídico brasileiro e defendeu benefícios que, por lei, são direitos dos magistrados.

### Autorresponsabilidade

Durante os dois dias será ministrado o curso “O Poder da Autorresponsabilidade”, pelos conceituados coaches Anderson Marques e Daniela Maranhão.

Anderson Marques falou da importância do curso para os magistrados, citando os benefícios e as características da autorresponsabilidade.

Segundo ele, serão ministrados conceitos, ferramentas e exercícios serão colocados em prática, visando fazer uma revolução, tanto na vida profissional quanto na vida pessoal.

Temas como motivação na carreira, satisfação profissional, eficácia no trabalho, melhores interações sociais, satisfação na vida pessoal, baixo nível de estresse, saúde melhor, mais flexibilidade, maiores realizações acadêmicas, melhor comunicação, maior e maior produtividade serão debatidos durante o curso. ●

## Presos seis homens por planejar assalto ao Banco do Brasil de São Bento

Após denúncia de grande repercussão nas redes sociais, dando conta de um suposto plano de roubo ao Banco do Brasil da cidade de São Bento/MA, as polícias Civil e Militar, em sintonia com o Ministério Público local, engendrou diversas ações em prol da segurança no município.

Inicialmente, interrogou-se a Sra. Adenilde Pinheiro Rodrigues “Nilde” da Farmácia do Trabalhador, assim como o “Léo” (Leandro Silva de Andrade), sendo este natural do Estado de Alagoas e que morava ultimamente em SP, inclusive onde cumpriu pena por sequestro. Ambos negaram participação na empreitada criminosa sob investigação.

Em seguida, a autoridade policial representou pela busca e apreensão, com manifestação favorável do Promotor de Justiça e deferimento do magistrado, em quatro alvos,



após relatório do serviço de inteligência e no bairro bairro Tupy, encontrou Warlesson Rodrigues Souza, apenado por crime de roubo e respondendo por homicídio perante a 4ª Vara da Júri na capital, sendo advindo do município de São Vicente Ferrer, além de Douglas Santos Rodrigues, o qual está com tornozeleira eletrônica e responde por dois crimes de roubo em São

Luís/MA. Na residência da Rua João Alves, 260, Centro de São Bento foram presos mais quatro elementos, todos do Estado de Alagoas, os quais se apresentaram na cidade para trabalharem com vigilância noturna, sendo encontrados na aludida residência coturno, capas de colete, velcos, documentação suspeita, fotografias em celular ostentando quantias em dinheiro etc.

# BateRebate

## JUDICIÁRIO



Na Sessão Administrativa Extraordinária dessa quarta-feira (23), o Pleno do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) aprovou Projeto de Lei (em anexo) que objetiva alterar normas do Código de Divisão e Organização Judiciárias do Estado Maranhão relacionadas a competências e jurisdição de varas judiciais da Comarca da Ilha – composta pelos termos judiciários de São Luís, São José de Ribamar, Paço do Lumiar e Raposa. O projeto seguirá para apreciação da Assembleia Legislativa do Maranhão e do governador do Estado.

Segundo a nova redação (Art. 8º-A), passarão a ter jurisdição em toda a área territorial da Comarca da Ilha as 1ª e 2ª Varas de Execução Penal; as 1ª, 2ª e 3ª Varas de Entorpecentes; a Vara de Interesses Difusos e Coletivos; a Central de Inquéritos e Custódia; e a 2ª Vara da Infância e Juventude – quanto à execução de medidas socioeducativas em regime fechado.

O projeto também atribui as competências para matérias envolvendo entorpecentes e habeas corpus às 1ª e 2ª Varas de Entorpecentes, mesma competência atribuída à 3ª Vara de Entorpecentes, antes denominada 5ª Vara do Tribunal do Júri.

Os serviços judiciários do Fórum Des. Lauro Berredo Martins, do Termo Judiciário de São José de Ribamar, passarão à seguinte organização, após aprovação da Lei Complementar:

- 1ª Vara Criminal: Processamento e julgamento dos crimes de competência do juiz singular; Processamento e julgamento dos crimes de competência do Tribunal do Júri; Presidência do Tribunal do Júri; Crimes praticados contra crianças e adolescentes; Cartas precatórias da matéria de sua competência; Habeas corpus; (Redação conforme LC nº 158, de 21/10/2013);

- 2ª Vara Criminal: Processamento e julgamento dos crimes de competência do juiz singular; Processamento e julgamento dos crimes de competência do Tribunal do Júri; Presidência do Tribunal do Júri; Cartas Precatórias da matéria de sua competência; Habeas corpus.

Sobre os serviços judiciários no Termo Judiciário de Paço do Lumiar, o projeto prevê a seguinte organização:

- 1ª Vara: Cível; Comércio; Crime; Fazenda Estadual, Fazenda Municipal e Saúde Pública; Processamento e julgamento dos crimes de competência do juiz singular; Processamento e julgamento dos crimes de competência do Tribunal do Júri; Presidência do Tribunal do Júri; Ações do Art. 129, inciso II, da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991; Improbidade administrativa; Cartas precatórias da matéria de sua competência e Habeas corpus;

- 2ª Vara: Cível; Comércio; Crime; Registros Públicos; Tutela, Curatela e Ausência; Processamento e julgamento dos crimes de competência do juiz singular; Processamento e julgamento dos crimes de competência do Tribunal do Júri; Presidência do Tribunal do Júri; Cartas precatórias da matéria de sua competência e habeas corpus.

A redistribuição dos processos referentes à modificação da competência das unidades previstas no Projeto de Lei será regulamentada por ato da Corregedoria Geral da Justiça, e só ocorrerá quando da instalação da nova unidade jurisdicional.

# Estuprador condenado a 38 anos de prisão

Homem que estuprou e matou menina de nove anos é levado a julgamento e condenado, após confissão do crime que comoveu a cidade de Lima Campos

## DOUGLAS CUNHA

O Tribunal do Júri se reuniu em Pedreiras para proceder o julgamento de um homem, autor de um crime que chocou a sociedade de toda região, notadamente de Lima Campos, onde o fato aconteceu. O réu confessou a autoria do delito, o estupro e morte de uma menina de apenas nove anos, na noite do dia 14 de fevereiro de 2015.

A sessão do Júri Popular aconteceu na última quarta-feira (23), presidida pela juíza da 2ª Vara de Pedreiras, da qual a cidade de Lima Campos é termo. Durante o julgamento, Erivan confessou que, na noite do crime, participava de uma seresta e teria saído para urinar em um beco próximo, quando viu a menina e praticou o bárbaro crime.

A criança havia saído da casa da avó paterna para ir à casa da avó materna e desapareceu. Ao sentirem a falta da

menina, parentes iniciaram as buscas, tendo sido encontrada a bolsa porta-cédulas documentos de Erivan da Silva, próximo ao local onde, na manhã seguinte, foi encontrado o cadáver da pequenina vítima. Ela estava sem roupas e apresentando sinais de violência sexual e esganadura, o que teria causado sua morte. Erivan foi condenado a 38 anos de prisão a serem cumpridos, inicialmente, em regime fechado, no Complexo Penitenciário de Pedrinhas.



38 anos de prisão, em regime fechado, para o homem que estuprou e matou uma menina de nove anos

## DEU ERRADO

# Suspeitos de assaltos são detidos em São Bento

A Polícia recebeu denúncia de que estava havendo uma movimentação de assalto a uma agência do Banco do Brasil, em São Bento. As investigações foram desenvolvidas e algumas pessoas foram ouvidas. Solicitados os mandados de busca e apreensão à Justiça, os investigadores da Polícia Civil e policiais militares, iniciaram as buscas, conseguindo prender Wanderson Rodrigues Sousa – apenado por roubo e respondendo por homicídio na 4ª Vara do Júri da Capital – e Douglas Santos Rodrigues, que é monitorado por tornezeira eletrônica e responde

por dois crimes de roubos em São Luís.

Em uma casa alugada por Alexandre Vieira Lima foram presos, também, Anderson Vieira Boia, José Antonio da Silva e Pedro Paulo Vieira, todos oriundos do estado de Alagoas, que chegaram a São Bento dizendo que iriam prestar serviço de vigilância, sem ter, porém, qualquer documento que os habilitassem para tal atividade. Todos estão sendo investigados. Em poder dos mesmos, os policiais apreenderam fotografias nas quais o grupo parece se exibir ostentando grandes somas em dinheiro. (DC)



Seis suspeitos estão sendo investigados pela Polícia Judiciária

## Seminário reúne vereadores do Estado para discutir atividades de controle e fiscalização

O I Seminário de Gestores das Câmaras Municipais, promovido pela Procuradoria Geral da Câmara Municipal de São Luís, em parceria do Poder Judiciário, Ministério Público e Tribunal de Contas do Estado, reuniu em São Luís centenas de vereadores, para uma discussão sobre lites do Poder Legislativo e esclarecimentos sobre atividades de controle e fiscalização externa. O evento teve a participação de 198 presidentes das 217 Câmaras Municipais do Maranhão. O encontro – que teve início na quarta-feira, 23, no auditório do Rio Poty Hotel – teve objetivo de contribuir na qualificação dos mandatos nas Câmaras Municipais, sobretudo, dos julgamentos das prestações de contas de ex-prefeitos. Durante a abertura do evento, o presidente da Câmara Municipal de São Luís, vereador Astro de Ogum (PR), ressaltou que o encontro tem grande importância porque valoriza o trabalho dos chefes dos legislativos municipais no interior do estado. Em seu discurso, Ogum destacou ainda a criação da fundação da Federação das Câmaras Municipais do Maranhão – FECAM/MA, entidade que, segundo ele, servirá para auxiliar os presidentes dos Poderes Legislativos Municipais.

“O Seminário tem importância para valorização das Câmaras. Hoje estaremos fundando a Federação das Câmaras Municipais do Maranhão para auxiliar e representar as reivindicações dos presidentes das Câmaras, que têm problemas muito específicos em relação às gestões municipais, e fortalecê-las na discussão com as autoridades competentes”, declarou Astro de Ogum, idealizador da proposta de criação da entidade. O juiz titular da Vara de Interesses Difusos e Coletivos da Comarca da Ilha de São Luís, Douglas de Melo Martins, que proferiu palestra sobre “O Poder Judiciário e o Julgamento das Ações de Improbidade Administrativa no Âmbito Municipal”, disse que o seminário tem um grande significado, pois discutiu deveres no trabalho dos vereadores. “É um tema muito importante, que deve ser debatido nas cidades, inclusive com propostas efetivas”, pontuou Martins. O período da manhã foi reservado para palestras sobre vários assuntos de interesses dos gestores. Como a palestra proferida pelo procurador legislativo da Câmara de São Luís, Samuel de Miranda Melo, com o tema “O sistema orçamentário e a LRF”. Outro

importante assunto debatido foi abordado pelo presidente do TCE, José de Ribamar Caldas Furtado, com o tema “Controle Preventivo do TCE”. Por fim, o procurador-geral de Justiça, Luiz Gonzaga Martins Coelho fez uma exposição do “julgamento de Contas pelas Câmaras Municipais”. O secretário de Estado da Comunicação Social e Assuntos Políticos, Márcio Jerry, que representou o governador Flávio Dino (PCdoB), ressaltou que os vereadores são importantes para a evolução da cidade e afirmou que eventos como esses ajudam a combater o ‘achincalhamento’ da classe política. “Existe hoje uma criminalização da política. É preciso combater a disseminação do ódio, pois esse ‘achincalhamento’ vem sendo usado para generalizações e isso representa um risco à democracia.” Na ocasião, os representantes dos Legislativos Municipais formalizaram a criação da fundação da Federação das Câmaras Municipais do Maranhão – FECAM/MA, nova entidade representativa do legislativo, que pretende auxiliá-los em assuntos específicos relacionados às suas gestões no comando das Casas de leis.



## O CALVARIO DO ADVOGADO (A) NO MARANHÃO!

DIVULGAÇÃO



Como advogado e dirigente sindical, externo o meu respeito a instituição PODER JUDICIÁRIO. Mas, sendo norteadado pelo proselitismo legalista que me guia, não consigo entender a série de tentativas do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão de cercear os direitos, de afrontar a advocacia através de portarias, provimentos e de ser omissos...

As comarcas do interior por exemplo comumente não tem juiz na segunda e sexta-feira. Outras tem apenas na quarta e quinta-feira. O Advogado tem que adivinhar o dia que juiz trabalha. Juiz no Maranhão não assina e nem bate ponto. O CNJ também não se preocupa com isto. Quando aparece avisa com antecedência para prepararem o banquete com café da manhã e o peixe pedra em Ribamar. Lá por sinal o Juiz da Terceira Vara Cível Márcio José, disse ao Dr. Tufi Maluf Saad, Advogado e Diretor do SAMA, que não autorizava a sua secretária a lavrar CERTIDÃO DE AUSÊNCIA. Ele não trabalhou numa segunda e numa sexta-feira emendada. Decretou um feriadão. Ainda tentou minimizar a importância do Sindicato dos Advogados do Maranhão por causa do arrocho: coisas do nosso judiciário, ninguém muda isso, dizem os mais pessimistas. Mas o SAMA não desiste. Comarca do interior não recebe petição por e-mail, somente por fax, mas o fax não funciona. O advogado que se vire.

Experimente um dia de pauta no Pleno do Tribunal de Justiça: é um Deus nos acuda. O Advogado acorda cedo, chega cedo e vai brigar pelo estacionamento. Nos arredores da Prefeitura Municipal de São Luís, Palácio dos Leões e adjacências os carros oficiais dos "deuses" do tribunal tomam conta de todo o espaço com cones irregulares. Parece garagem privada. Os Agentes de Trânsito do SMTT quando passam por esses locais rasgam as leis de trânsito. Porque no Maranhão ninguém tem peito para multar motorista de desembargador quiça ele próprio quando o carro oficial é estacionado em local impróprio.

No hotel da praça advogado pobre não pode estacionar. É uma grande exploração. Nos estacionamentos "particulares" dos flanelinhas se você pagar um real ele fica chateado. Mas se descolar cinco ou dez reais ele pede logo cinquenta. Todas as semanas eles adoecem a mãe, esposa, pai, filhos ou irmãos, quando não decretam as suas mortes para sugar o advogado. É sinistro se você for para o TJMA com pouco dinheiro no bolso.

O complicado é que a Praça Pedro II é cheia de policiais. Eles assistem a todas essas irregularidades, mas não ousam combater a ilegalidade. Também não são loucos. Parece a Casablanca com homens fardados, secretos, de ternos, apaisanas e com rádios de comunicação como se fossem da Swat.

Depois de parar o carro com toda dificuldade o advogado tem que carregar anotações, celular, pasta, beca, etc., lembrar do conteúdo da defesa e passar nas portas eletrônicas que o CNJ mandou instalar somente para advogados(as). Porque magistrado, promotor e outros nunca se ver passar por lá.

Quando o advogado chega na Sessão do Pleno já está cansado e os trabalhos nunca começam no horário. Os desembargadores (as) vão chegando aos poucos e começa um excesso de cumprimentos, abraços, beijos que vai nos deixando nervosos. Aí começa a história de concessão e discussão de medalhas para autoridades. Parece que advogado não tem nada para fazer e eles também.

Depois começa a sessão sempre atrasada e aquela chatice dos processos administrativos que antecede os judiciais. O advogado é condenado barbaramente a assistir discussão de problemas internos do tribunal que não diz respeito à classe sem poder dar opinião, mas é obrigado ficar lá por precaução. Quando acaba o desembargador que está com seu processo judicial e pautou para aquela data o julgamento, pede para retirar da ordem de julgamento como se o advogado não merecesse atenção e respeito dos super deuses.

Do outro lado da ponte no Fórum do Calhau a situação talvez seja pior. O advogado (a) chega no estacionamento pela manhã e fica rodando à procura de uma vaga desesperadamente. Imaginem nos dias de chuva. Quando algum advogado corre da revelia e coloca o carro no canteiro o guincho a pedido do administrador leva para o depósito. Aliás, o Fórum do Calhau e o Tribunal parecem mais um quartel da PM e Bombeiros, todos armados com grosso calibre. Tem mais policiais por lá do que em certos bairros de São Luís.

Durante as tardes não. É ponto facultativo para juiz. Trabalha quem quer. Parece feriado. Não tem quase audiências. O diretor até hoje não teve nenhuma criatividade ou autoridade para resolver o problema. Os serventuários e "peixes" deixam os seus carros o dia todo parado e os advogados a ver navios.

No interior do fórum começa outra peregrinação. Felizmente os elevadores foram resolvidos. Mas a cantina que era boa foi trocada por uma muito ruim. Não tem cartão de débito e o cardápio é de terceiro mundo. Não tem um restaurante, bandejão ou lanchonete de qualidade razoável. Mas tem espaço. Se você se aventurar a tirar uma Xerox vai passar mais de duas horas. Também foi modificado para pior. São dois funcionários e duas máquinas.

Alvará nem se fala. Na livraria do Louro advogado fica todas as manhãs reclamando de alvará. O TJMA parece que tem um convênio exclusivo com o Banco do Brasil que trata advogado como pedinte de esmola. Serventuário e juiz tem mais raiva de alvará do que do próprio advogado. Falar nisso não sabe para que foi instalada uma agência do banco no fórum. Lá parece que o atendimento é personalizado. Não para advogado.

O pedido de JUSTIÇA GRATUITA no Tribunal do Maranhão é uma outra loteria esportiva. O juiz dá para quem ele quer e acha que tem direito. Um verdadeiro absurdo. Ricos e pobres são pobres ou não para efeitos da justiça. Geralmente o pobre tem que provar a hipossuficiência. O rico não. Tem juiz e desembargador que negam pedido de justiça gratuita em processo para aqueles que ganham por mês muito menos do que eles. Mas muitos deles e já estou de posse de uma relação ganham, não se sabe como, direito ao benefício em processos que estão tramitando na casa. Coisas do Maranhão.

O CALVÁRIO CONTINUA.

### **Mozart Baldez - Advogado**

**Presidente do Sindicato dos Advogados do Estado do Maranhão - SAMA**

## “Sequestro do Le Baron”

# Homem que manteve adolescente em cárcere privado é condenado a 8 meses

Fotos|G. Ferreira e divulgação/arquivo

Ocorrência aconteceu no mês de outubro de 2011, quando jovem foi levada para motel no Turu

### NELSON MELO

Em sessão da 3ª Vara do Tribunal do Júri, no Fórum Desembargador Sarney Costa, em São Luís, ocorrida na quarta-feira (23), Benedito Francisco dos Santos Lisbino, de 42 anos, foi condenado a 8 meses de detenção em regime aberto pelo crime de lesão corporal. Ele foi julgado por um caso ocorrido em 21 de outubro de 2011, quando manteve por mais de 24 horas uma adolescente de 17, que era sua ex-mulher, no motel Le Baron, no bairro do Turu – na capital. Segundo a sentença da titular da 3ª Vara do Tribunal do Júri, Benedito havia sido levado a júri popular por ter sido denunciado pelo Ministério Público por tentativa de homicídio qualificado, pois a vítima foi atingida por dois disparos na região do tórax naquela data, pelo revólver calibre 32 utilizado pelo ex-marido. Mas o Conselho de Sentença, por maioria de votos, reconheceu a materialidade e autoria dos fatos relatados na denúncia, e negou que o acusado cometeu o crime de tentativa de homicídio, “razão pela qual desclassificou para crime de lesão corporal de natureza leve, absolvendo-o pelo crime de estupro qualificado”. Em obediência à soberania dos veredictos do júri, ao fim da sessão,



Um forte aparato policial foi deslocado ao motel para libertar a adolescente, sequestrada por Benedito (detalhe)



a juíza Kátia Coelho de Sousa Dias, titular da 3ª Vara, condenou o réu a 8 meses de detenção, sendo que a pena será cumprida em regime aberto, na Casa do Albergado. Importante relembrar que Benedito Francisco fora preso provisoriamente em 22 de outubro de 2011, permanecendo encarcerado até 28 de março de 2012.

### O CRIME

Benedito, que na época era estudante de Direito, no dia 21 de outubro de 2011, abordou a ex-mulher na porta da escola Manuel Beckman, no Bequimão, onde ela estudava, sendo colocada à força em um veículo um Gol preto e placa NHT-5369, que havia sido alugado pelo suspeito. De lá, o homem, visivelmente fora de si, conduziu a jovem ao motel Le Baron. No momento em que saía do

motel, retornou porque várias equipes das polícias Militar e Civil haviam cercado o local, tendo em vista que a adolescente passou uma mensagem para a mãe. A moça rendida ainda tentou retirar a arma usada por Francisco, mas recebeu disparos nas regiões da clavícula e da bacia. Nesse instante, os policiais tentaram invadir o estabelecimento, pensando que o então estudante de Direito tinha matado a garota, mas Francisco Lisbino se trancou no banheiro do motel com a ex-mulher amarrada. A partir daí iniciou-se um processo de negociação com Benedito, que exigiu a presença da mãe, da avó paterna e do advogado Marco Antônio Silveira. Nesse intervalo, ele desmontou o revólver, retirando o tambor e jogando a peça no vaso sanitário, conforme a reportagem do Jornal Pequeno divulgou como resultado

da cobertura que fez do evento. O que sobrou da arma de fogo foi arremessado pela janela do banheiro. O rapaz só se entregou, finalmente, pouco depois das 11h do dia seguinte, sendo que a jovem foi levada ao Hospital Municipal Doutor Clementino Moura (Socorrão 2). Na época, o delegado Augusto Barros, que atuava pela Superintendência Estadual de Investigações Criminais (Seic), ressaltou que o crime foi motivado por ciúme exagerado em relação à ex-mulher, chegando ao cúmulo de contratar um detetive para investigá-la, acreditando que a jovem o estava traindo. Não suportando mais tanta pressão, a adolescente decidiu terminar o relacionamento, fato, este, que Benedito – natural de Codó e que ainda foi candidato a vereador pelo Partido Verde (PV) em 2008 – não aceitou.

## Pedreiras

# Acusado de matar e estuprar criança é condenado a 38 anos de prisão

Um homem que estuprou e matou uma menina por estrangulamento foi julgado e condenado a 38 anos de prisão em Pedreiras. A sessão do tribunal do júri, presidida pela juíza titular da 2ª Vara, Ana Gabriela Costa Everton, ocorreu na quarta-feira (23), e teve como réu Erivan da Silva. O crime aconteceu na cidade de Lima Campos, termo judiciário de Pedreiras, e causou grande comoção no município. A denúncia narra que o fato aconteceu em 14 de fevereiro de 2015. A vítima, uma menina de 9 anos de idade, sumiu após ir na casa da avó paterna. Ao perceber o sumiço da pequena S., a avó materna se desesperou, procurando por toda vizinhança e mobilizando as pessoas para

que a procurassem. Durante as buscas, o namorado da mãe da vítima, conhecido como Paim, encontrou nas proximidades de um matagal uma carteira porta cédula, contendo os documentos de Erivan da Silva. No dia seguinte, por volta de dez horas da manhã, o corpo da menina S. foi encontrado em um lugar próximo ao que local que foi achada a carteira de Erivan. A menina estava nua, com sinais de estrangulamento e de ter sofrido violência sexual. Ela apresentava sinais de machucados na cabeça e pescoço.

Em interrogatório policial, o acusado confessou o cometimento do crime, detalhando tudo o que ele fez com a menina. “Eu estava em uma seresta próxima à casa



Divulgação

Sessão do júri na qual Erivan foi condenado a 38 anos de prisão

em que a menina estava. Eu consumi bebida alcoólica e maconha, estava drogado. Quando fui urinar em um beco a menina apareceu e aconteceu isso”, disse Erivan

em depoimento. De acordo com a sentença, a pena deverá ser cumprida no Centro de Ressocialização de Pedreiras, em regime inicialmente fechado.